

# Relatório Anual 2015

## Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS



Diretoria Executiva de TI e Operações  
Superintendência de Operações  
Administrativas  
Gerência de Controladoria



## **RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao  
Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da  
Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS  
Lajeado – RS

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Lajeado – Sicredi Vale do Taquari RS em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2016



**Luciano Gomes dos Santos**  
Contador - CRC - RS 059.628/O-2  
CNAI 3087

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS.

### 1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 639.511 mil, aumento de 17,04% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

#### I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 231.362 mil, com evolução de 6,46% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 207.989 mil, representando 86,55% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 28.084 mil, compondo 11,69% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 4.225 mil ou 1,76% do total (NE 05c).

#### II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 591.572 mil em dezembro de 2015, com incremento de 17,54% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 410.407 mil, com crescimento de 18,44% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 3,09% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 58.021 mil.

#### III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 121.600 mil, tendo um aumento de 22,78% em relação ao mesmo período do ano anterior.

### 2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

### 3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

#### **4. Gerenciamento de Riscos**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

##### **I - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

##### **II - Risco de Mercado**

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

##### **III - Risco de Liquidez**

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;

#### **IV - Risco de Crédito**

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

#### **V - Informações Adicionais**

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS  
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>528.908</b>	<b>448.982</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>141.012</b>	<b>131.152</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	2.711	3.172	DEPÓSITOS (NOTA 09)	92.561	88.129
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	365.994	294.806	Depósitos à Vista	58.021	56.282
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2	6	Depósitos a Prazo	34.540	31.847
Correspondentes no país	38	22	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	17.714	15.987
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	365.954	294.778	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	4
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	144.591	140.007	Repasse Interfinanceiros (NOTA 10)	17.713	15.983
Operações de Crédito	151.045	146.598	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.544	1.456
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.454)	(6.591)	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.544	1.456
OUTROS CRÉDITOS	15.210	10.793	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 11)	8.046	7.258
Créditos por Avais e Fianças Honrados	22	-	Empréstimos País - Outras Instituições	8.046	7.258
Rendas a Receber	1.824	1.584	OUTRAS OBRIGAÇÕES	21.147	18.322
Diversos (NOTA 06)	13.479	9.287	Cobrança e Arrecadação de Tributos	49	30
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(115)	(78)	Sociais e Estatutárias	1.600	1.256
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	402	204	Fiscais e Previdenciárias	1.468	1.260
Outros Valores e BENS	159	153	Diversas (NOTA 12)	18.030	15.776
(Provisão para desvalorização)	(35)	-	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>376.899</b>	<b>316.216</b>
Despesas Antecipadas	278	51	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	376.899	316.216
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>110.603</b>	<b>97.421</b>	DEPÓSITOS (NOTA 09)	375.867	314.670
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	76.130	67.630	Depósitos a Prazo	375.867	314.670
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	75.092	67.481	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 10)	1.032	1.546
Operações de Crédito	80.317	70.727	Repasse Interfinanceiros	1.032	1.546
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.224)	(3.246)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>121.600</b>	<b>99.035</b>
OUTROS CRÉDITOS	1	1	CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	26.616	21.726
Diversos (NOTA 06)	1	1	De Domiciliados no País	26.621	21.728
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	1.037	148	(Capital a Realizar)	(5)	(2)
Despesas Antecipadas	1.037	148	RESERVAS DE SOBRAS	83.497	68.472
PERMANENTE	34.473	29.791	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	11.487	8.837
INVESTIMENTOS (NOTA 08a)	17.311	17.311			
Outros Investimentos	17.311	17.311			
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08b)	13.231	9.704			
Imóveis de Uso	4.983	4.982			
Outras Imobilizações de Uso	13.796	9.530			
(Depreciação acumulada)	(5.548)	(4.808)			
INTANGÍVEL (NOTA 08b)	3.931	2.776			
Outros Ativos Intangíveis	6.664	4.914			
(Amortização acumulada)	(2.733)	(2.138)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>639.511</b>	<b>546.403</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>639.511</b>	<b>546.403</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS  
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>31.098</b>	<b>-</b>	<b>31.098</b>	<b>59.997</b>	<b>-</b>	<b>59.997</b>	<b>51.022</b>	<b>-</b>	<b>51.022</b>
Operações de Crédito	31.098	-	31.098	59.997	-	59.997	51.021	-	51.021
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	1	-	1
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(29.186)</b>	<b>(77)</b>	<b>(29.262)</b>	<b>(50.632)</b>	<b>(131)</b>	<b>(50.763)</b>	<b>(36.983)</b>	<b>(84)</b>	<b>(37.067)</b>
Operações de Captação no Mercado	(24.550)	(20)	(24.570)	(43.533)	(35)	(43.568)	(28.851)	(16)	(28.867)
Operações de Empréstimos e Repasses	(922)	(57)	(978)	(1.720)	(96)	(1.816)	(1.285)	(68)	(1.353)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.714)	-	(3.714)	(5.379)	-	(5.379)	(6.847)	-	(6.847)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.912</b>	<b>(77)</b>	<b>1.836</b>	<b>9.365</b>	<b>(131)</b>	<b>9.234</b>	<b>14.039</b>	<b>(84)</b>	<b>13.955</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>8.513</b>	<b>2.046</b>	<b>10.557</b>	<b>12.977</b>	<b>3.547</b>	<b>16.524</b>	<b>3.095</b>	<b>2.018</b>	<b>5.113</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.939	2.723	5.661	5.526	5.125	10.651	4.855	4.612	9.467
Rendas de Tarifas Bancárias	1.707	-	1.706	3.511	-	3.511	3.289	-	3.289
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.271)	(688)	(11.959)	(21.394)	(1.177)	(22.571)	(18.380)	(979)	(19.359)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(6.347)	(1.070)	(7.416)	(12.118)	(1.764)	(13.882)	(9.700)	(2.220)	(11.920)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(33)	(126)	(159)	(102)	(240)	(342)	(84)	(162)	(246)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 16)	26.217	1.435	27.652	46.223	1.987	48.210	30.548	1.088	31.636
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 17)	(4.699)	(228)	(4.928)	(8.669)	(384)	(9.053)	(7.433)	(321)	(7.754)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>10.425</b>	<b>1.969</b>	<b>12.393</b>	<b>22.342</b>	<b>3.416</b>	<b>25.758</b>	<b>17.134</b>	<b>1.934</b>	<b>19.068</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(117)</b>	<b>(1)</b>	<b>(118)</b>	<b>(123)</b>	<b>(2)</b>	<b>(125)</b>	<b>(53)</b>	<b>(1)</b>	<b>(54)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>10.308</b>	<b>1.968</b>	<b>12.276</b>	<b>22.219</b>	<b>3.414</b>	<b>25.633</b>	<b>17.081</b>	<b>1.933</b>	<b>19.014</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(375)</b>	<b>(375)</b>	<b>-</b>	<b>(644)</b>	<b>(644)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	(223)	(223)	-	(387)	(387)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	(152)	(152)	-	(257)	(257)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>10.308</b>	<b>1.968</b>	<b>12.276</b>	<b>22.219</b>	<b>3.039</b>	<b>25.258</b>	<b>17.081</b>	<b>1.289</b>	<b>18.370</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.039</b>	<b>(3.039)</b>	<b>-</b>	<b>1.289</b>	<b>(1.289)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>10.308</b>	<b>1.968</b>	<b>12.276</b>	<b>25.258</b>	<b>-</b>	<b>25.258</b>	<b>18.370</b>	<b>-</b>	<b>18.370</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13.771)</b>	<b>-</b>	<b>(13.771)</b>	<b>(9.533)</b>	<b>-</b>	<b>(9.533)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.016)	-	(2.016)	-	-	-
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.149)	-	(1.149)	(884)	-	(884)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(10.338)	-	(10.338)	(7.953)	-	(7.953)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(268)	-	(268)	(696)	-	(696)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.487</b>	<b>-</b>	<b>11.487</b>	<b>8.837</b>	<b>-</b>	<b>8.837</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS

CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2014</b>	<b>17.965</b>	<b>56.586</b>	<b>6.237</b>	<b>80.788</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.983	-	(2.983)	-
Destinações para reservas	-	3.237	(3.237)	-
Outras destinações	-	-	(17)	(17)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.193	-	-	1.193
Baixas de capital	(415)	-	-	(415)
Resultado do período	-	-	18.370	18.370
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(884)	(884)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.953	(7.953)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	696	(696)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2014</b>	<b>21.726</b>	<b>68.472</b>	<b>8.837</b>	<b>99.035</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.761</b>	<b>11.886</b>	<b>2.600</b>	<b>18.247</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2015</b>	<b>21.726</b>	<b>68.472</b>	<b>8.837</b>	<b>99.035</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.194	-	(4.382)	(2.188)
Destinações para reservas	-	4.419	(4.419)	-
Outras destinações	-	-	(36)	(36)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.182	-	-	1.182
Baixas de capital	(487)	-	-	(487)
Resultado do período	-	-	25.258	25.258
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.149)	(1.149)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.338	(10.338)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.000	-	(2.016)	(16)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	268	(268)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2015</b>	<b>26.615</b>	<b>83.497</b>	<b>11.487</b>	<b>121.599</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>4.889</b>	<b>15.025</b>	<b>2.650</b>	<b>22.564</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2015</b>	<b>24.218</b>	<b>72.891</b>	<b>12.982</b>	<b>110.091</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	649	-	-	649
Baixas de capital	(252)	-	-	(252)
Resultado do período	-	-	12.276	12.276
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.149)	(1.149)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.338	(10.338)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.000	-	(2.016)	(16)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	268	(268)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2015</b>	<b>26.615</b>	<b>83.497</b>	<b>11.487</b>	<b>121.599</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>2.397</b>	<b>10.606</b>	<b>(1.495)</b>	<b>11.508</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS**  
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>13.044</b>	<b>27.614</b>	<b>21.969</b>
Resultado do exercício	12.276	25.258	18.370
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>768</b>	<b>2.356</b>	<b>3.599</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	1.204	1.841	3.295
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	23	35	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	39	38	18
Depreciação do imobilizado de uso	440	851	750
Amortização do intangível	358	595	550
Baixas do ativo permanente	429	444	22
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	9	28	28
Destinações ao FATES	(1.149)	(1.149)	(884)
Dividendos SicrediPar	(585)	(327)	(180)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>15.464</b>	<b>51.218</b>	<b>36.941</b>
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	4.451	4	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(11)	(15)	(3)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(8.125)	(14.036)	(27.734)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(177)	1.214	1.027
(Aumento) Redução em outros créditos	(3.260)	(4.128)	(2.100)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	377	(1.123)	(95)
Aumento (Redução) em depósitos	15.090	65.629	60.288
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	999	88	97
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	339	788	2.038
Absorção de dispêndios pelo FATES	(194)	(884)	(809)
(Redução) Aumento em outras obrigações	5.975	3.681	4.232
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>28.508</b>	<b>78.832</b>	<b>58.910</b>
Aquisição de Investimentos	-	-	(1.903)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.934)	(4.821)	(1.933)
Aplicações no Intangível	(823)	(1.750)	(965)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(3.757)</b>	<b>(6.571)</b>	<b>(4.801)</b>
Integralização de capital	649	1.182	1.193
Baixa de capital	(252)	(487)	(415)
Juros ao capital próprio	(16)	(16)	-
Distribuição de Sobras	-	(2.224)	(17)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>381</b>	<b>(1.545)</b>	<b>761</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>25.132</b>	<b>70.716</b>	<b>54.870</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	343.533	297.949	243.080
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 20)	368.665	368.665	297.950

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

### NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/03/1906 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

### NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 25 de janeiro de 2016.

### NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

#### **e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

#### **f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### **g) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### **h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro-rata" dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### **i) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### **j) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### **k) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

#### **l) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **m) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### **n) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### **o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro-rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **p) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL limitados a 30% do lucro tributável.

#### q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

#### r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	2.711	3.172
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	365.954	294.778
Total	368.665	297.950

valores em milhares de Reais

#### NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

##### a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	110.507	54.871	165.378	145.416
Financiamentos	22.584	24.114	46.698	53.963
Financiamentos rurais e agroindustriais	17.954	1.332	19.286	17.946
Carteira total	151.045	80.317	231.362	217.325

valores em milhares de Reais

##### b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2015				Total da Carteira	31/12/2014
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.348	18.710	25.259	30.329	75.646	80.006
Rural	9	1.462	16.483	1.332	19.286	17.946
Industrial	55	6.024	5.852	6.907	18.838	14.342
Comércio	495	23.484	15.680	16.313	55.972	52.958
Outros Serviços	165	10.648	25.371	25.436	61.620	52.073
Total	2.072	60.328	88.645	80.317	231.362	217.325

valores em milhares de Reais

##### c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	94.349	58.501	472	293
Nível B	1,00	95.828	59.185	958	592
Nível C	3,00	17.812	88.276	534	2.648
Nível D	10,00	18.474	10.937	1.847	1.094
Nível E	30,00	6.062	1.424	1.819	427
Nível F	50,00	2.730	1.588	1.365	794
Nível G	70,00	818	543	573	380
Nível H	100,00	4.225	3.659	4.225	3.659
Total (i)		240.298	224.113	11.793	9.887

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS a qual registrou variação na provisão para operações de crédito de -2,09% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honorados	22	-	22	-
Títulos e créditos a receber	8.913	1	8.914	6.788
Total	8.935	1	8.936	6.788

valores em milhares de Reais

#### NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	89	-	89	60
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.663	-	3.663	1.893
Devedores por depósitos em garantia	307	-	307	296
Impostos e contribuições a compensar (ii)	149	-	149	8
Pagamentos a ressarcir	43	-	43	5
Títulos e créditos a receber	8.913	1	8.914	6.788
Devedores diversos - País	315	-	315	238
Total	13.479	1	13.480	9.288

valores em milhares de Reais

(i) Do saldo de R\$ 3.663 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 1.833 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

(ii) Do saldo da conta de Impostos e contribuições a compensar, o valor de R\$ 140, refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

#### NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis	150	150
Subtotal Bens não de uso próprio	150	150
Material em estoque	9	3
Despesas antecipadas	1.315	199
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	- 35	-
Total Outros Valores e Bens	1.439	352

valores em milhares de Reais

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 35 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

#### NOTA 08 – PERMANENTE

##### a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	9.716	9.716
Sicredi Participações S.A. (i)	7.592	7.592
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Outras Participações	2	2
Total	17.311	17.311

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	2.462.084 ON	2.462.084 ON	1	1	9.715.959	9.715.959
	5.129.742 PN	5.129.742 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,94%	1,00%	0,72%	0,74%	2,84%	2,87%
Capital social	804.351	764.040	138	136	342.223	338.577
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	352.655	349.026
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	7.592	7.592	1	1	9.716	9.716

valores em milhares de Reais

#### b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	4.381	-	4.381	1.862
Terrenos	-	4.983	-	4.983	4.982
Instalações	10%	2.791	1.333	1.458	927
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.414	1.256	1.158	786
Sistema de comunicação	10%	118	60	58	58
Sistema de processamento de dados	20%	3.193	2.308	885	718
Sistema de segurança	10%	355	216	139	112
Sistema de transporte	20%	544	375	169	259
Imobilizado de Uso (i)	-	18.779	5.548	13.231	9.704
Intangível (ii)		6.664	2.733	3.931	2.776
Investimentos Confederação		6.664	2.733	3.931	2.776
Total		25.443	8.281	17.162	12.480

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

#### NOTA 09 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015				31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	58.021	-	-	58.021	56.282
Depósitos a prazo	20.973	13.567	375.867	410.407	346.517
Total	78.994	13.567	375.867	468.428	402.799

valores em milhares de Reais

#### NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	17.713	1.032	18.745	17.529
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	17.713	1.032	18.745	17.529
Total	17.713	1.032	18.745	17.529

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 1,5% a.a. até 8,75% a.a. com vencimento de 03/01/2016 até 15/05/2019.

**NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	8.046	-	8.046	7.258
Cooperativa Central Sicredi	8.046	-	8.046	7.258
<b>Total</b>	<b>8.046</b>	<b>-</b>	<b>8.046</b>	<b>7.258</b>

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. com vencimento em 14/12/2016.

**NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	622	-	622	1.791
Obrigações por convênios oficiais	5	-	5	5
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	439	-	439	396
Provisão para pagamentos a efetuar	5.392	-	5.392	4.238
Provisão para passivos contingentes (i)	1.616	-	1.616	1.820
Credores diversos - país (ii)	9.956	-	9.956	7.526
<b>Total</b>	<b>18.030</b>	<b>-</b>	<b>18.030</b>	<b>15.776</b>

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 1.362 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Valores custodiados vinculados a operação de crédito	533	586
Parcelado Lojista	3.262	2.605
Obrigações nacionais Redecard - cartão Sicredi	199	1.139
Agenda cartão Visa a pagar	2.861	2.169
Parcelado Lojista a Vencer - Mastercard	822	-
Agenda Cartão Mastercard a Pagar	887	-
Contas a pagar - demais fornecedores	1.085	263
Outros	307	764
<b>Total</b>	<b>9.956</b>	<b>7.526</b>

valores em milhares de Reais

**NOTA 13 – PASSIVOS CONTINGENTES**

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	225	440	- 412	253
Tributária	1	-	-	1
<b>Total</b>	<b>226</b>	<b>440</b>	<b>- 412</b>	<b>254</b>

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	253	253	225
Trabalhista	Possível	45	-	-
Cível	Possível	100	-	-
Tributária	Provável	1	1	1
<b>Total</b>		<b>399</b>	<b>254</b>	<b>226</b>

valores em milhares de Reais

A provisão de contingência tributária de R\$ 1 mil está registrada como Provisão Riscos Fiscais - Obrigações Fiscais e Previdenciárias.

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	26.616	21.726
Total de associados	49.082	47.502

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,5% em Capital, no montante de R\$ 2.016 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 45% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

**NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03e)	365.954	294.778
Diversos	1.925	1.920
Investimentos (Nota 08a)	9.716	9.716
Intangível (Nota 08b)	3.931	2.776
<b>Passivo</b>		
Obrigações por empréstimos e repasses	8.046	7.258
Provisões para pagamentos a efetuar	347	293
Credores Diversos	110	245
<b>Receitas</b>		
Outros ingressos e receitas operacionais	43.278	28.173
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	996	690
Outros Dispendios e Desp. Administrativa	391	153
Outros Dispendios Despesas Operacionais	5.354	4.456

valores em milhares de Reais

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

Não estão contempladas as informações de cônjuges e empresas ligadas das referidas partes relacionadas.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
<b>Depósitos à vista</b>	<b>233</b>	<b>0,40%</b>	<b>225</b>
Pessoas físicas	233		225
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>3.548</b>	<b>0,86%</b>	<b>2.417</b>
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	3.548		2.404
Pessoas físicas - taxa pré-fixada			13
<b>Operações de crédito</b>	<b>132</b>	<b>0,06%</b>	<b>364</b>

valores em milhares de Reais



**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	2.586	2.244

valores em milhares de Reais

**NOTA 16 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 42.282 mil (R\$ 27.483 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

**NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 4.489 mil (R\$ 3.659 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 360 mil (R\$ 357 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 453 mil (R\$ 414 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

**NOTA 18 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados	80.685	76.065
BNDES - Automático, Caminhões, Produsa, Procap-Agro	1.232	695
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	20.336	21.491
Moderagro	2.077	3.169
Pronaf	47.948	45.950
INOVAGRO	4.452	-
Outros	4.640	4.760
Total	80.685	76.065

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

**NOTA 19 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)**

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

**NOTA 20 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Luiz Mario Leite Berbigier  
Diretor Executivo  
CPF: 326.830.060-04

Graziela Reis Bogorni  
Diretora de Operações  
CPF: 622.289.860-20

Giovana Bresciani Matte  
Contador  
CRC: RS-73356/O-0  
CPF: 930.408.650-72